



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Unidade curricular

Direito Processual Civil Internacional I

Docente responsável

João Marques Martins

Conteúdos programáticos

- I. Introdução ao Direito Processual Civil Internacional
- II. Cooperação judiciária
- III. Competência internacional dos tribunais portugueses
- IV. Imunidades de jurisdição
- V. Citações e notificações no estrangeiro

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

As aulas integrarão exposições teóricas realizadas pelo docente, debates sobre questões teóricas, resolução de hipóteses práticas e análise de decisões jurisprudenciais pelos alunos.

A avaliação baseia-se nos seguintes elementos: (i) participação durante as aulas, bem com realização de trabalho escrito (50%); (ii) prova escrita (50%).

Assiduidade mínima obrigatória: 2/3 das aulas lecionadas.

Bibliografia principal

I. Introdução ao Direito Processual Civil Internacional

- RAMOS, Rui Moura - "O Direito Processual Civil Internacional nas recentes codificações portuguesa e brasileira". In: *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, V. 93/ T. 2 (2017), p. 557-610;
- RAMOS, Rui Moura - *A Reforma do Processo Civil Internacional em Portugal*. Coimbra Editora, 1998
- SOUSA, Miguel Teixeira de - *Direito Processual Civil Europeu*. FDL (Policopiado), 2003.

II. Cooperação judiciária

- GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa - "Cooperação judiciária em matéria civil". In: *Direito da União Europeia, Elementos de Direito e Políticas da União*. Alessandra Silveira, Mariana Canotilho, Pedro Froufe (coord.), Almedina, 2016, pp. 339-91;
- MARINHO, Carlos M.G. de Melo - *Textos de Cooperação Judiciária Europeia em Matéria Civil e Comercial*. Coimbra Editora, 2008
- MESQUITA, Lurdes - *O Título Executivo Europeu como Instrumento de Cooperação Judiciária Civil na União Europeia*. Almedina, 2012.
- REIS, Assunção Cardoso - "A Cooperação judiciária em matéria civil no projeto europeu". *Scientialvuridica*, Tomo LVIII - N.º 319, Julho-Setembro 2009;
- VICENTE, Dário Moura - "Cooperação Judiciária em Matéria Civil na Comunidade Europeia". In: *Estudos em Comemoração do 10º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho*. Coimbra, 2004, pp. 251-80.



III. Competência Internacional dos Tribunais Portugueses

Civil e Comercial

- ALVES, Patrícia – "Forum shopping no direito da insolvência - em especial no campo da responsabilidade dos gerentes ou administradores das sociedades comerciais pela situação de insolvência." In: *Julgat*, Nº 31 (Jan.-Abr. 2017), p. 135-58;
- FERNANDES, Maria João Matias – "Pactos de jurisdição – A propósito de um acórdão do STJ – Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 3./2008 de 28 de Fevereiro." In: *O Direito*, A. 140, n.º5 (2008), pp. 1139-77;
- FREITAS, José Lebre – "Competência ou Incompetência dos Tribunais Portugueses". In: *ROA*, 2009, ano 69, Vol. I/II;
- GONÇALVES, Marco Carvalho – "Competência judiciária na União Europeia." In: *Scientia Iuridica*, T. 64, n.º 339, 2015, pp. 427-48;
- HENRIQUES, Sofia – *Os pactos de jurisdição no regulamento (CE) nº 44/2001*. Coimbra Editora, 2006;
- PINHEIRO, Luís de Lima – *Direito Internacional Privado Civil, V. III – Tomo I*. AAFDL, 2019;
- PINHEIRO, Luís Lima – "A Competência exclusiva dos tribunais portugueses." In: *ROA*, 2005, ano 65, vol. III;
- RAMOS, Rui Moura – "A permanência do direito processual civil internacional português: competência internacional dos tribunais portugueses e reconhecimento das sentenças estrangeiras no tempo de Machado Villela e no código de processo civil actual". *Sep. de: Ab vno ad omnes: 75 anos da Coimbra Editora*, 1995, pp. 863-92;
- RAMOS, Rui Moura – "Competência Judicial e Execução das Decisões na União Europeia: a Reformulação do Regulamento Bruxelas I pelo Regulamento (EU) n.º 1215/2012 de 12 de Dezembro de 2012." In: *Estudos em Memória do Conselheiro Artur Maurício*. Coimbra, 2014, pp. 1269-300;
- SILVA, Paula Costa e – "Jurisdição e competência internacional dos tribunais administrativos: a propósito do Acórdão n. 4/2010 STA". In: *Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda, IV*. Coimbra, 2012, p. 697-712;
- SOUSA, Miguel Teixeira de / VICENTE, Dário Moura – *Comentário à Convenção de Bruxelas de 27 de Setembro de 1968 relativa à competência judiciária e à execução de decisões em matéria civil e comercial e textos complementares*. Lex, 1994;
- VOUGA, Rui Torres – "O novo regime jurídico dos pactos de jurisdição". In: *Revista do CEJ*, n.º, 1.º semestre (2018), pp. 65-115.

Divórcio e Responsabilidade Parental

- ALEXANDRE, Isabel – "Jurisdição e competência para os processos relativos a crianças". In: *Estudos em homenagem ao Conselheiro Presidente Rui Moura Ramos, II*. Almedina, 2016, pp. 1173-204;
- ALMEIDA, João Gomes – *O Divórcio no Direito Internacional, O Divórcio no Direito Privado Internacional*. Almedina, 2017 (pp. 61-272);
- GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa – "Âmbito de aplicação do Regulamento n.º 2201/2003 e reconhecimento de decisões em matéria matrimonial – Ac. do Tribunal da Relação do Porto de 15.1.2013, Proc. 2186/06". In: *Cadernos de Direito Privado*, n.º 44, Outubro/Dezembro 2013, pp. 51-7.

Sucessões

- ALMEIDA, João Gomes – "Apontamentos sobre o novo Direito de Conflitos Sucessório". In: *Revista do CEJ*, 2014, n.º 2, pp. 27-52;
- ALMEIDA, João Gomes / PISSARRA, Nuno Andrade – "Breves notas sobre o novo Direito da Competência Internacional em matéria sucessória". In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Pamplona Corte-Real*. Almedina, 2016, pp. 257-81;
- GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa – "As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre Sucessões". In: *Cadernos de Direito Privado*, n.º 52, Outubro/Dezembro 2015, pp. 3-19;
- PEREIRA, Joel – "Competência em matéria sucessória: novas regras de sucessão internacional por morte". In: *Revista do CEJ*, n.º 2, 2014, pp. 11-26.

IV. Imunidades

- BACALHAU, Francisca – "Imunidades e Procedimentos Criminais". In: *Anuário Português de Direito Internacional*,



2016, pp. 175-82;

- BRITO, Wladimir – "Imunidades dos Estados". In: *Anuário Português de Direito Internacional*, 2012-2011, pp. 117-25
- CRUZ, Nuno – *Dos privilégios e imunidades das organizações internacionais*. FDL (policopiado), 2012;
- FONTES, José – "Comentário ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça relativo ao Proc.º 137/06.2TVLSB.L1.S1." In: *Anuário Português de Direito Internacional*, 2012, pp. 135-41;
- MARTINS, Margarida Salema de Oliveira – "Comentário ao Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa relativo ao processo 137/06.2TVLSB.L1-7." In: *Anuário Português de Direito Internacional*, 2011, pp. 107-15;
- MARTINS, Margarida Salema de Oliveira – "Imunidade jurisdicional do Estado-Contratação de funcionária Venezuelana para o Consulado da Venezuela no Funchal : comentário ao acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 16 de maio de 2012". In: *Anuário Português de Direito Internacional*, 2012, pp. 35-43;
- MIZARELA, Joana – "O regime internacional de imunidades de Estados - a citação do Estado estrangeiro". In: *Anuário Português de Direito Internacional*. 2012, p. 45-60.
- PATTO, Suzana Vaz & Saraiva, Marta – "Responsabilidade dos membros das missões diplomáticas e seus familiares por factos ilícitos praticados no Estado acreditador". In: *Anuário Português de Direito Internacional*, 2016, pp. 55-70.

V. Citações e notificações no estrangeiro

- CASANOVA, José Salazar – "Regulamento (CE) n.º 1348/2000 do Conselho, de 29 de Maio de 2000 – A Realidade Judiciária", in *ROA*, Ano 62, Dezembro 2002;
- MARINHO, Carlos Manuel Gonçalves de Melo - "As Citações e Notificações no Espaço Europeu Comum", in *Julgar*, n.º 14, 2011;
- OLIVEIRA, Sofia Teresa Borges de – *As citações e notificações de atos judiciais e extrajudiciais nos termos do Regulamento (CE) n.º 1393/2007 - em especial, a via postal*. Universidade do Minho, 2015.